



Agricultura familiar, dinâmica produtiva e estruturas de mercado na cadeia produtiva do leite: elementos para o desenvolvimento territorial no Noroeste de Minas

Leonardo Ventura Araújo¹
Sandro Pereira Silva²

Resumo

A cadeia produtiva do leite é de grande importância para os agricultores familiares do Território da Cidadania Noroeste de Minas, representando a principal fonte de renda. Através de entrevistas com os agentes envolvidos na produção e comercialização do leite, obtiveram-se os principais resultados do trabalho. Dentre eles, pode-se destacar que os produtores da região utilizam-se intensivamente de suplementação alimentar para seu rebanho leiteiro, principalmente rações, tornando seu custo de produção elevado. A maioria dos produtores utiliza-se de tanques de resfriamento comunitário para armazenamento e comercialização do leite, este é vendido para grandes empresas do setor lácteo instaladas na região ao preço médio de R\$0,60 por litro. Sendo que, 50% do preço é fruto de bonificações concedidas ao produtor pela qualidade e quantidade produzida. Foi encontrado apenas um laticínio de produtores familiares na região, responsável pela captação diária de 15 mil litros de leite. Foi verificado

Recebimento: 3/11/2012 • Aceite: 28/1/2013

¹ Mestre em Economia (Universidade Federal de Viçosa), analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. End: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia - CPAF/RO. BR 364 km 5,5 Zona Rural, Porto Velho, RO - Brasil E-mail: araujolv@hotmail.com.

² Mestre em Economia (Universidade Federal de Viçosa). Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA. Universidade Federal de Viçosa E-mail: sandroecbr@yahoo.com.br.

também que os produtores não acessam mercados institucionais, ou pela falta de conhecimento ou pela falta de estrutura organizacional.

Palavras-chave: Território rural, Produção de leite, Comercialização, Nova Economia Institucional, Nova Sociologia Econômica

Family farming, production dynamics and structure of marketing in the supply chain of milk: factors for development of the territory of citizenship Noroeste de Minas

Abstract

The productive chain of milk has great importance for the Territory of Citizenship Noroeste de Minas familiar farmer's, representing for them the main source of income. Through interviews with the involved agents in the production and commercialization of the milk, the main results of the work had been gotten. Amongst them, it can be detached that the producers of the region use themselves intensively alimentary supplementation for their milk flock, mainly rations, becoming its cost of high production. The majority of the producers is user of communitarian cooling tanks for storage and commercialization of milk, this is sold for big companies of the milky sector installed in the region to the average price of R\$0,60 for liter. Being that, 50% of the price is fruit of bonifications granted to the farmer for the quality and produced amount. Only one dairy of familiar producers was found in the region, and it's responsible for a daily capitation of 15 thousand liters of milk. It was also verified that the producers do not have access institutional markets, or for the lack of knowledge or the lack of organizational structure.

Keywords: Rural territory, Milk production, Marketing, New Institutional Economics, New Economic Sociology

Introdução

A cadeia produtiva do leite é uma das mais importantes da agroindústria brasileira, com uma produção anual superior a 20 bilhões de litros. Esse volume resulta em uma movimentação financeira superior a R\$9 bilhões de reais, empregando cerca de um milhão de pessoas só no setor de produção primária. Entre 1995 e 2006, a produção nacional de leite cresceu aproximadamente 20% (IBGE, 2006).

Segundo dados da EMBRAPA (2010), mais de 50% da área total do Cerrado brasileiro está ocupada por pastagens e os estados com as maiores áreas são respectivamente: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia. Nessa mesma área, encontra-se 35% do rebanho bovino nacional. Para a pecuária leiteira, além do potencial produtivo, as principais indústrias de laticínios do país possuem unidades nessa região.

A atividade leiteira está inserida em uma cadeia produtiva de alta complexidade, que tem exigido um crescente grau de especialização dos produtores, em que a incorporação de inovações tecnológicas justifica-se por questões sanitárias e de produtividade (CONTERATO *et. al.*, 2007). No entanto, de acordo com Zoccal (2005), a atividade leiteira no Brasil tem características próprias. Em geral, a estrutura produtiva da cadeia é formada por unidades atomizadas, onde a atividade se apresenta pouco especializada, sendo operada com mão de obra predominantemente familiar e dispõem de poucos recursos para melhoramentos genéticos e reinvestimentos.

O estado de Minas Gerais é o maior produtor nacional de leite, com uma produção anual superior aos cinco bilhões de litros, representando em torno de 28% de toda a produção no país. O leite é parte integrante da cultura e tradição mineira, além de ser um dos alicerces da economia estadual. Uma importante característica dessa atividade no estado é que 70% dos produtores são considerados de pequeno porte, com uma produção diária abaixo de 100 litros (SEAPA, 2010).

Uma importante área produtora de Minas Gerais encontra-se na porção noroeste do estado, onde se localiza o Território da Cidadania Noroeste de Minas (TCNM). Esse território é caracterizado pela significativa presença de agricultores familiares e assentados de reforma agrária, e tem na atividade agropecuária, sobretudo a pecuária leiteira, o ponto forte da economia de seus municípios.

De acordo com Silva (2008), o termo agricultura familiar passou a ser reconhecido como categoria de análise no Brasil a partir

dos anos 1990, consolidando-se não apenas como um segmento econômico, mas também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual essas propriedades se encontram. Assim, a produção agrícola familiar é constantemente ligada à produção de produtos agroindustriais que são tradicionalmente considerados elementos definidores de identidade territorial.

Nesse contexto, o presente trabalho partiu do seguinte questionamento: quais as características da dinâmica socioprodutiva e tecnológica da atividade leiteira da agricultura familiar no TCNM e quais as estruturas de mercado que a integram? Com base nessa problematização, e pelo fato de a atividade leiteira ser muito importante para a reprodução social das unidades produtivas familiares rurais e para o próprio desenvolvimento econômico do território em estudo, o principal objetivo deste trabalho foi analisar as características produtivas da agricultura familiar no TCNM e as dificuldades e estratégias de inserção dos seus produtos (leite e derivados) nas diferentes estruturas de mercados existentes.

Metodologia

Para se chegar aos objetivos propostos, efetuou-se primeiramente uma revisão bibliográfica para uma melhor definição dos conceitos trabalhados, a caracterização do território em estudo e as principais características da cadeia produtiva do leite. Posteriormente, realizou-se uma reunião com membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Noroeste de Minas, na qual se definiu os municípios nos quais a pesquisa de campo se daria.

O levantamento de dados primários contou com a realização de entrevistas semi-estruturadas junto a agricultores familiares que produzem leite e lideranças das principais organizações da sociedade civil e do poder público ligadas direta ou indiretamente ao sistema produtivo leiteiro, levando em consideração os elos da cadeia: produção, beneficiamento e comercialização. Por meio do levantamento dessas informações, buscou-se dimensionar e caracterizar o manejo de produção e a tecnologia empregada pelos produtores e os procedimentos para a comercialização do produto, identificando as especificidades dos agricultores familiares. Quanto ao método amostral, utilizou-se o intencional, não probabilístico.

A identificação dos canais de comercialização foi realizada observando os pontos de estrangulamento na comercialização, o grau de competição nos diversos elos como forma de dimensionar a presença de estruturas oligopolizadas, cartelizadas ou monopolizadas e

a logística de distribuição. A partir desses elementos foi elaborado o fluxo de comercialização do leite no TCNM, tomando-se como referência Brandt (1980).

Referencial teórico

O estudo de cadeias ou sistemas produtivos agroalimentares busca compreender e explicar a acentuada competição das organizações em ambientes complexos, dinâmicos e incertos. Diversas teorias têm sido fundamentadas e colocadas a prova nesses últimos anos. A maioria delas evidencia a necessidade de uma visão mais sistêmica e encadeada em relação às variáveis que afetam essa competitividade das organizações.

Com isso, os estudos baseados em sistemas agroindustriais têm sido utilizados amplamente em programas de pesquisa nacionais e internacionais, no intuito de propor políticas públicas e privadas, bem como a formulação de estratégias direcionadas à maior eficiência dos sistemas. A noção de cadeia de produção é útil como um método de análise das estratégias das firmas, como espaço de análise das inovações tecnológicas e como um instrumento para elaboração de política industrial. (SIMONINI, 2007).

Morvan (1988) *apud* Simonini (2007) definiu os elementos constituintes de uma cadeia de produção como sendo: a) uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico; b) um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado a montante e a jusante, entre fornecedores e clientes; e c) um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações. A partir dessas colocações, o autor apontou que a análise de uma cadeia deve perpassar os seguintes pontos: tecnologia, estratégia, instituições e organizações, mecanismos de coordenação, variáveis de economia industrial e, por último, integração vertical.

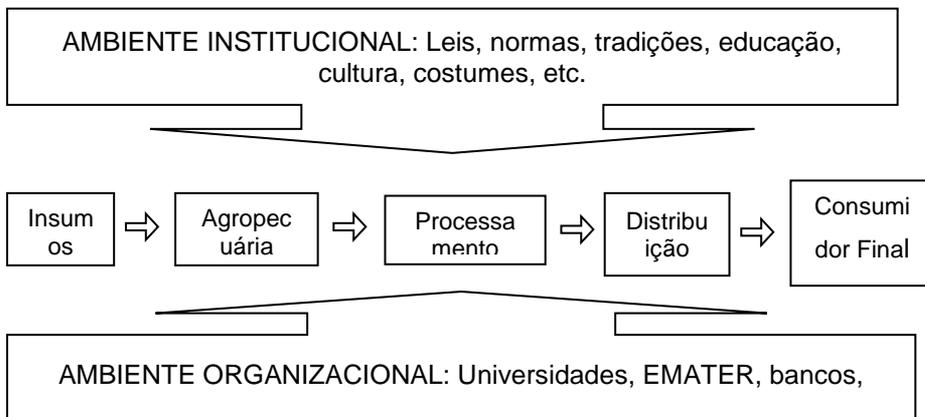
Entre as várias teorias atuais para este tipo de análise, tem-se destacado o instrumental desenvolvido pelos teóricos da Nova Economia Institucional (NEI). A NEI estimulou o surgimento de um novo paradigma econômico baseado no estudo mais sistêmico das firmas e seus ambientes, ultrapassando as antigas retóricas da busca desenfreada pela eficiência da produção com menores custos/insumos, trazendo significativas diferenças na análise das firmas em relação ao velho institucionalismo. Nesse ponto, um conceito importante é o de

“custos de transações”, que referem-se à parcela do valor de uma negociação ou transação de valores econômicos que é apropriada por agentes diferentes daqueles que estão negociando, ou seja, é o custos de negociar, redigir e garantir que um contrato será cumprido (ALSTON, 1999).

O estudo do ambiente institucional baseia-se na compreensão das mudanças (ou não) ocorridas por força das instituições e seus reflexos para as demais instituições e firmas de uma determinada cadeia ou setor. Segundo North (1991), as instituições são limites que a sociedade se impõe para estruturar as relações políticas, econômicas e sociais que interferem nas transações entre os agentes.

Para Barcelos (2003), as instituições podem ser classificadas em dois tipos: formais e informais. O autor atribui às instituições formais o conjunto de leis, regulamentos, contratos escritos, entre outras formas pré-definidas, compondo o sistema normativo que deve reger, ou pelo menos indicar, um determinado comportamento esperado ou pretendido entre as partes. Aspectos legais estão diretamente ligados às intervenções governamentais que geralmente afetam as estruturas produtivas e os comportamentos das cadeias e indústrias. Já as instituições informais também compõem uma força coercitiva sobre a sociedade, contudo essas forças não são visíveis, nem tampouco contratualizadas, como as tradições, costumes e ritos da sociedade.

O ambiente organizacional também é muito importante para a definição da estrutura de uma cadeia produtiva. O ambiente organizacional é formado pelo conjunto de organizações que são criadas para dar suporte a um determinado Sistema Agroindustrial – SAG. Essas organizações buscam determinar como o SAG deve funcionar. Elas podem ser universidades, sindicatos, conselhos, cooperativas, associações de produtores, entre outros. Em geral, as organizações nascem para defender interesses, provocar mudanças institucionais, reclamar o surgimento de novas políticas públicas. Um detalhe importante é que as organizações mudam com certa rapidez, enquanto que as instituições mudam com mais dificuldades. As empresas até se adaptam ao ambiente institucional, mas fazem pressões para que as regras sejam mais adequadas aos seus interesses (ZILBERSZTAJN, 2000). A figura 1 abaixo apresenta esquematicamente como o ambiente institucional é organizado a partir da combinação de forças exercidas por cada um de seus componentes.

Figura 1: Estrutura do ambiente institucional das cadeias produtivas

Fonte: Adaptado de Zylbersztajn (2000).

A interação entre esses agentes que efetuam as trocas no decorrer de cada uma dessas etapas acaba por formar um sistema cujo funcionamento irá influenciar diretamente nas condições de oferta e na formação do preço dos produtos e serviços. No entanto, o funcionamento dos diversos mercados não significa apenas o encontro puro e simples de compradores e vendedores, mas a conjugação de uma série de elementos como recursos e organização, o que pode gerar uma diversidade de formas organizacionais. Nesse caso, o estudo de estruturas de mercados em sistemas agroalimentares busca compreender a acentuada competição dos agentes em ambientes complexos, dinâmicos e incertos.

Diversas teorias têm sido fundamentadas e colocadas à prova nestes últimos anos. Entre elas, destaca-se o referencial analítico da Nova Sociologia Econômica (NSE). A NSE surgiu a partir da década de 1970, e assim como outras correntes teóricas, questiona os principais pressupostos da Economia Neoclássica definidos pelo individualismo metodológico, ou seja, “atores racionais instrumentais e ausência de estrutura social” (WANDERLEY, 2002: p. 15). Ela parte do entendimento de que o agente econômico não é imune às determinações sociais, pois o ser humano sempre elaborou (em maior ou menor grau) os seus cálculos econômicos a partir da sua inserção em redes sociais. Logo, “a atividade econômica está moldada pela

intermediação de obrigações e interesses sociais” (WILKINSON, 2008: p. 89).

Assim, a NSE cobre uma limitação teórica importante dos estudos sobre os mercados, que costumam restringir-se ao campo econômico. Seu principal objetivo é analisar a construção social das relações de mercado (concebido de maneira ampla) e a origem histórico-social dos fenômenos econômicos (STEINER, 2006).

Um dos principais autores dessa corrente de pensamento é Granovetter. Ele trouxe novamente à tona o conceito de *embeddedness*, que Polany (1980) usou para dizer que os fenômenos econômicos encontram-se submersos pelo tecido social do qual fazem parte. Granovetter (1985) atribuiu uma releitura a esse termo, que passou a expressar uma ação econômica que se desenvolve dentro de uma rede de relações sociais, configurada em estruturas sociais delimitadoras das ações desenvolvidas pelos indivíduos.

Swedberg (1994), outro autor de destaque na literatura da NSE, disse que as estruturas de mercados resultam de configurações de interesses econômicos e relações sociais estabelecidas de diversas formas, a depender da estrutura e da posição que cada ator ocupa no campo de forças. Sob esse entendimento, os mercados não são apenas pontos de equilíbrio entre oferta e procura, mas sim, fundamentalmente, estruturas sociais, ou seja, são formas recorrentes de interação submetidas a dependências e sanções que supõem laços muitas vezes personalizados entre seus componentes.

Embora a agricultura familiar tenha como ponto relevante sua capacidade de adaptação para suprir grande parte de bens e serviços requeridos para sua reprodução e atendimento da demanda mercantil, com foco em sistemas integrados, seus atores enfrentam muitas adversidades para a inserção de seus produtos em sistemas agroindustriais complexos. De acordo com Wilkinson (2008), a agricultura familiar está simultaneamente envolvida em processos de adaptação aos padrões dominantes e em mobilizações para impor um novo conjunto de padrões mais compatíveis com as suas condições técnicas e econômicas. Além do desafio de uma maior organização do processo produtivo primário e de processamento agroindustrial, enfrentam também dificuldades quanto ao abastecimento de insumos, equipamentos produtivos e tecnologia para a conquista de novos segmentos de mercado para seus produtos finais. O quadro abaixo apresenta algumas segmentações de mercados para esses produtos, seus perfis e os principais desafios que cada um apresenta.

Quadro 1: Tipologia de mercados para a agricultura familiar

Mercado	Perfil	Desafios
Commodities	Velhos e novos mercados locais e à distância	Padronização, legislação, qualidade mínima e escala
Especialidades	Discriminado por grau de associação com localidade/tradição	Concorrência de novos entrantes
Orgânicos	Grau de associação à saúde e/ou a um modo específico de produção	Certificação, escala e pesquisa
Artesanais	Denominação de origem ou não	Qualidade, normas técnicas, autenticidade, ação coletiva
Solidários	Identificação ou não com a agricultura familiar, mercados de alta e baixa renda	Escala, variedade, qualidade
Institucionais	Licitações, oferta para varejo	Qualidade, variedade, escala

Fonte: WILKINSON (2008)

Segundo Wilkinson (2008), é possível identificar ao menos quatro formas de acesso aos mercados mencionados na tabela acima: 1) acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); 2) intermediação via atravessador; 3) integração com a agroindústria; e 4) compras por parte do poder público.

Com base no exposto acima, os instrumentais teóricos da NEI e da NSE são de grande valia para a análise da interação entre as diversas estruturas institucionais que envolvem a cadeia produtiva leiteira no TCNM e os desafios para a inserção da agricultura familiar como elemento importante para o desenvolvimento endógeno no território.

Do estudo dos territórios ao território em estudo

Para um melhor entendimento das dinâmicas locais geradas a partir do encadeamento de sistemas produtivos, analisou-se as atualidades no campo das ciências sociais sobre o que consiste e quais fenômenos estão ligados ao conceito de território, para então entender as principais características que compõem a abordagem territorial do desenvolvimento e sua relevância unidade analítica para o estudo de cadeias produtivas. Por conseguinte, pôde-se então traçar um perfil do território em estudo e descrever quais os fatores que caracterizam a sua ruralidade e sua baixa dinamização econômica.

Começando com as diversas deliberações acerca do novo papel do rural encontradas na literatura, dois importantes postulados são dignos de destaque. O primeiro refere-se ao caráter multidimensional da agricultura, com base no conteúdo econômico, cultural, ecológico e

social que a envolve (MALUF, 2001). O segundo é a negação da dicotomia rural-urbano, que negligencia as relações sociais que são desenvolvidas na prática em decorrência da integração do rural com o urbano, seja em termos populacionais, ocupacional e de valores (MEJIA, 2006). Essa interligação entre os espaços rurais e urbanos é denominada por Favareto (2007, p: 22) de “dinâmicas territoriais de desenvolvimento”. A dicotomia rural-urbano passa a ser encarada sob um enfoque relacional a partir do entendimento de suas relações de oposição e complementaridade.

Segundo Abramovay (2003), a coordenação de um processo de desenvolvimento de sistemas produtivos nesses espaços deve compreender como as dinâmicas territoriais presentes marcam a transformação das unidades de produção agrícola em espaços tão heterogêneos como os do meio rural. Para ele, “a dimensão territorial do desenvolvimento” resulta de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, capazes de valorizar seus conhecimentos e suas tradições.

A temática territorial começou a ganhar maior espaço no campo das políticas públicas no Brasil no contexto da promulgação da Carta Constitucional de 1988 e da reforma do Estado ao longo da década de 1990. Vários programas surgiram no âmbito do Governo Federal, elaborados com base em uma perspectiva territorial (SILVA, 2008).

Em 2003, incluiu-se no Plano Plurianual 2004-2007, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O programa foi concebido para ser implementado no longo prazo, alcançando todos os espaços rurais do Brasil, especialmente aqueles cujos perfis apresentem características de estagnação econômica, problemas sociais e riscos ambientais, com ponderável presença de agricultores familiares. O documento do MDA (BRASIL, 2005) define território da seguinte forma:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se

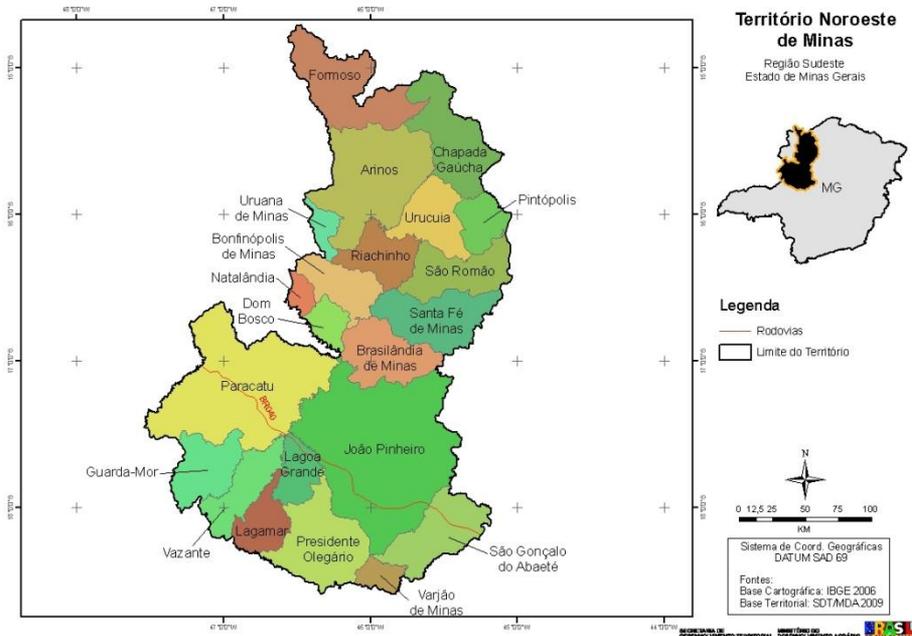
relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (p. 28).

Em 2008, o programa de desenvolvimento territorial do MDA ganhou maior vulto institucional com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania. Esse programa é administrado pelo governo federal e envolve 21 Ministérios e Autarquias diferentes. Ele tem o objetivo de permitir uma melhor focalização e articulação entre as ofertas de políticas públicas aos municípios de territórios elencados a partir de alguns critérios, como índice de pobreza, baixo IDH, existência de grande número de agricultores familiares e assentados de reforma agrária, etc. Além disso, esses territórios terão aumento dos recursos dos programas de governo e poderão participar do planejamento, execução e monitoramento destes projetos, via seu respectivo Conselho de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (CODETER), formado paritariamente por representantes do poder público local e sociedade civil. Ao todo são 120 territórios, dentre os 164 trabalhados pelo MDA, que compõem o Programa Territórios da Cidadania, sendo 8 deles em Minas Gerais e, um deles, o Noroeste de Minas.

O Território da Cidadania Noroeste de Minas (TCNM), homologado no PRONAT pelo MDA em 2003, é composto por 19 municípios: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Presidente Olegário, Varjão de Minas, Santa Fé de Minas, Urucuia, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Riachinho, São Gonçalo do Abaeté, Uruana de Minas e Vazante.

Esse território tem como vegetação predominante o Cerrado, seu solo dominante é o latossolo e todos os seus municípios pertencem a bacia do Rio São Francisco (BRASIL, 2007). Segundo dados do IBGE, o TCNM possui grande extensão geográfica, 60.704 km², o que significa 10,35% da área total do estado, enquanto que a população média no território é de aproximadamente 13 mil habitantes por município, o que perfaz uma densidade demográfica de apenas 4,8 habitantes por km², inferior à média estadual (30,5 hab/km²).

Figura 2: Localização geográfica e identificação dos municípios do TCNM



Fonte: BRASIL, 2009.

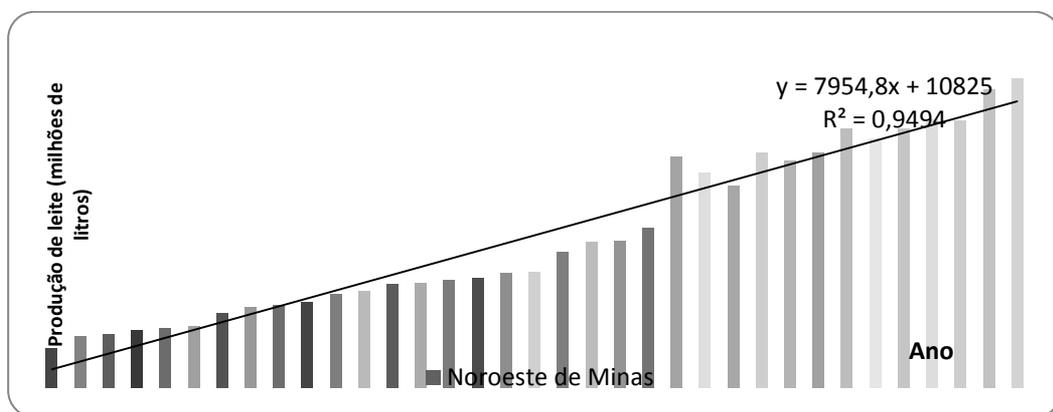
Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a média observada nos municípios do no TCNM é 0,744. Ao verificar cada um dos componentes que compõem o IDH, percebe-se que seus componentes longevidade (0,751) e educação (0,830) estão próximos da média estadual, mas o componente renda, (0,650), fica bem abaixo da média do estado (0,711). Como consequência, o índice de pobreza nos domicílios mostra que o percentual de domicílios pobres no território (23%) também é bem superior ao do estado (14,1%). Estes dados apontam que ainda persistem grandes desafios sociais a serem resolvidos no território, especialmente no que tange à geração de renda e redução da pobreza em seus municípios.

De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), no TCNM, a agricultura familiar tem significativa importância, pois ela representa cerca de 70% dos estabelecimentos rurais no território e emprega mais de 60% do pessoal do setor agrícola. Segundo o Estudo Propositivo elaborado para o TCNM, a cadeia produtiva do leite representa para a agricultura familiar de seus municípios o principal

produto em termos de geração de renda monetária e ocupação de terras e mão-de-obra (BRASIL, 2007).

O TCNM possui também um grande número de famílias assentadas da reforma agrária, totalizando 4.323 famílias no ano de 2007 (BRASIL, 2009). A elevação no número de assentados nos últimos anos proporcionou uma considerável elevação no volume de leite produzido na região, passando de menos de 40 milhões de litros ao ano no início da década de 1970 para mais de 300 milhões de litros/ano em 2007 (Figura 03). Essa evolução da produção de leite na região foi acompanhada pela instalação de indústrias do setor lácteo, tornando-a, juntamente com o Triângulo Mineiro (MG) e o cerrado de Goiás uma das maiores e mais importantes no complexo agroindustrial leiteiro do país.

Figura 3: Evolução da produção de leite no TCNM, 1974 - 2008



Fonte: BRASIL (2009)

Resultados e discussão

Caracterização da agropecuária local e tipologia dos agentes de produção

Na agricultura familiar, termo que designa uma variedade de atores que possuem em comum a atividade agrícola e a utilização predominante do emprego de mão de obra familiar, a pecuária leiteira é historicamente uma atividade de grande relevância para a geração de emprego e renda. De acordo com Guilhoto *et. al.* (2007), a atividade leiteira em 2006 gerou um valor total em torno de R\$6,7 bilhões, sendo que o segmento da agricultura familiar foi responsável por 59% de todo esse valor, enquanto que o segmento empresarial obteve 41%. Uma vez

em funcionamento, a atividade leiteira desencadeia um acúmulo gradual no patrimônio familiar mediante aplicação constante e diária de trabalho familiar para a ordenha, manutenção das instalações, tratamento e alimentação do rebanho. No entanto, os resultados positivos desta atividade oscilam de acordo com o tipo de animal criado, a forma de alimentação do rebanho, a quantidade de animais por área, o montante de investimentos, entre outros fatores. Portanto, existe uma significativa diversidade de sistemas de produção leiteira no Brasil (NORDER, 2006).

O Território da Cidadania Noroeste de Minas possui 6.504 unidades familiares de produção³ que trabalham com a atividade leiteira, o que representa mais de 75% dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar existentes no território. A produção de leite está concentrada nas propriedades com menos de 200 hectares (Tabela 1). De acordo com as informações auferidas na pesquisa de campo, os agricultores familiares consultados estão nessa atividade há pelo menos duas gerações, e se utilizam praticamente das mesmas técnicas de produção empregada pelos seus respectivos pais.

Pelos relatos das entrevistas, verificou-se também que, na maior parte dos casos, o produtor de leite é dono da propriedade, mas as vezes utiliza-se de arrendamento de terras vizinhas quando as suas terras não são suficientes para o gado ao qual dispõe. Essa forma de arrendamento não ocorre, na maioria das vezes, por meio de um contrato formal, mas sim, através de acordo verbal e financeiro firmado entre as partes, de cunho precário.

³ Segundo a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006; Art. 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Tabela 1: Caracterização das propriedades produtoras de leite no Território, 2006

Propriedades	Estabelecimentos que produziram leite		Vacas ordenhadas		Quantidade produzida de leite	
	Unidades	Percentual	Unidades	Percentual	Mil litros	Percentual
Até 200 ha	7.000	80,51	86.207	62,94	150.359	59,43
De 201 ha à 1.000 ha	1.422	15,88	47.906	29,02	90.273	30,32
Mais de 1.000 ha	205	3,02	8.598	8,35	20.300	10,84
Total	8.679	100,00	142.952	100,00	261.106	100,00

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE, 2006.

Foi verificado ainda que alguns proprietários de terra possuem interesses em expandir suas propriedades, mas vêm encontrando dificuldades em acessar linhas de financiamento específicas, como crédito fundiário, ou até mesmo em encontrar estabelecimentos rurais que possam se enquadrar nos termos exigidos pelas agências financiadoras. Segundo os dados mais recentes do Censo Agropecuário de 2006, 78% dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar possuem titularidade definitiva, com uma área total de 681 mil hectares que corresponde a aproximadamente 85% da área de todas as propriedades da agricultura familiar no território. Dos agricultores sem titulação definitiva da terra, 60% são assentados que ainda não obtiveram o título de posse.

Por intermédio das visitas de campo, foi possível verificar a diferente dinâmica de comercialização e até mesmo de produção entre os municípios da chamada 'bacia leiteira' e os demais municípios. Esses primeiros estão localizados próximos a grandes laticínios e detêm um padrão tecnológico diferente dos demais.

Em relação ao rebanho dos produtores pesquisados, os técnicos de extensão rural apontaram que o rebanho da região é do tipo 'meio-sangue' (mestiças Holandês-Zebú) e não é de má qualidade. Mesmo assim, em algumas localidades os produtores, individualmente ou por associações, estão procurando fazer a melhoria genética do rebanho, tanto através da seleção das melhores espécies (frequentemente utilizado), ou via técnicas mais modernas como a inseminação artificial.

Os suplementos alimentares mais utilizados na região caracterizam-se pelo alto potencial de produção de biomassa, tais como o milho e o sorgo para silagem, cana-de-açúcar para corte e

capim-elefante para capineira. No caso desse último, exige-se uma boa fertilidade do solo para obtê-lo, o que em alguns casos faz com que o produtor, com baixa renda para aquisição de fertilizantes químicos, utilize-se de áreas protegidas por lei para que sua capineira tenha uma boa qualidade nutricional. Já no caso da cana-de-açúcar, trata-se de uma cultura de manejo simples, exigindo poucos tratamentos culturais, período de maturação e colheita coincidentes com o período de escassez de pasto, pequena taxa de risco de perda da cultura, fonte rica de carboidratos, na forma de sacarose, bem consumida pelos animais e dispensa a conservação como silagem ou feno. Muitas vezes a necessidade de disponibilização excessiva de suplementos alimentares para o gado é devido à baixa qualidade da pastagem na região. Os produtores alegam também que as chuvas na região são concentradas em determinada época do ano, o que prejudica bastante, segundo eles, a qualidade do pasto.

De acordo com os relatos dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) entrevistados, os custos de produção na época de chuva giram em torno de R\$0,40. Estudos indicam que a alimentação do rebanho tem um custo efetivo representativo, podendo chegar até a 70% do custo total da alimentação das vacas em lactação (CEPEA/ESALQ-USP, 2010). Entretanto, no caso das unidades familiares de produção visitadas, nenhum produtor foi capaz de precisar sobre o seu custo.

Em algumas situações, foi verificado que os produtores não conseguiam um bom desenvolvimento de seus pastos devido, principalmente, ao elevado número de animais em uma pequena área de pasto. A própria prática de rotação de pastagens e controle do número de cabeças por hectare são formas eficientes para evitar a degradação, dando oportunidade às plantas de se recuperarem após o pasteio, além de proteger o solo contra o ressecamento excessivo e evitar erosão por ocasião das chuvas mais intensas. Mesmo assim, verificou-se que a maioria dos agricultores familiares produtores de leite, localizados nos municípios do TCNM, não praticam rotação de suas pastagens. Nas propriedades visitadas, também foi alegado pelos produtores que eles não realizam ações de recuperação de pastagens.

Com vistas à adequação da produção leiteira aos padrões mínimos de qualidade fitossanitária, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou em 2002 a Instrução Normativa nº 51 (IN51), que dentre outras coisas, doutrina sobre como deve ser o procedimento de armazenamento do leite após a coleta. As principais exigências da IN51 são: necessidade de refrigeração do leite

cru na propriedade; a coleta de leite a granel; a adoção de novos critérios de qualidade para o leite cru comercializado no país, baseado na Contagem de Células Sintomáticas (CCS); Contagem Padrão em Placas (CPP); controle de resíduos; teor mínimo de proteínas; e controle de temperatura.

Segundo Oliveira (2008), a IN51 trouxe uma forte alteração no ambiente institucional da cadeia do leite no Brasil, ao exigir das unidades produtoras a necessidade de novos investimentos para o resfriamento e realização de exames de análise mais detalhada. Como consequência da implantação da IN51 para a agricultura familiar, o autor destacou os seguintes pontos: a) há um conflito de interesses entre os agentes quanto às consequências geradas pela IN51 sobre a produção familiar; b) a partir da IN51, o ambiente institucional da cadeia produtiva do leite tende a impor restrições e condicionantes para a participação de produção não-especializada e com escala insuficiente para cobrir os custos com os investimentos necessários; c) embora a IN51 não apresente nenhum tipo de critério claro para a seleção ou exclusão de produtores de leite, a sua implantação tende a contribuir para que a cadeia produtiva se torne mais integrada; d) se os níveis de investimentos (financeiros e humanos) exigidos para uma propriedade de leite se especializar for alto, poderá haver exclusão de um significativo número de agricultores familiares, no médio e longo prazo; e) ainda falta maior conhecimento por parte dos agricultores familiares das novas exigências da IN51, fato que evidencia a existência de assimetria de informação entre os agentes da cadeia produtiva.

Todos esses pontos também são observados pelos atores sociais do TCNM, que classificam a IN51 como um marco regulatório muito importante na regulação do setor, servindo de “divisor de águas” entre os agricultores que pretendem permanecer na atividade e os que gradativamente serão excluídos da produção comercial do leite. Assim, seriam necessárias estratégias e políticas públicas de caráter compensatório para minimizar os impactos negativos desse novo ambiente institucional, tais como a oferta de linhas de financiamento para a produção sustentável de leite e investimentos em ATER voltados para os agricultores com maiores riscos de exclusão.

Com maiores exigências quanto à adequação fitossanitária, a IN51 tenta combater, entre outras questões, a incidência da mamite, uma inflamação da glândula mamária causada por bactérias e coliformes. A falta de higiene durante a ordenha pode provocar a mamite e isso incide diretamente na remuneração que o produtor

receberá pelo litro de leite, sendo então de fundamental importância o seu controle. O teste prático mais eficiente é o teste da “caneca de fundo escuro”. Esse é o teste que se deve fazer a cada ordenha para detectar a mamite clínica nos primeiros jatos de leite. Segundo os produtores consultados, esse teste já faz parte da rotina de seu trabalho. Após a ordenha, o leite deve ser resfriado a uma temperatura mínima de 4°C em no máximo quatro horas. Quanto mais breve for feito o resfriamento do leite, melhor será a sua qualidade, pois será reduzida a multiplicação de bactérias no produto. Esse resfriamento pode ser feito em tanques de expansão (coletivos ou individuais) instalados na própria propriedade rural, ou entregue diretamente nos laticínios, respeitando sempre o tempo máximo para o resfriamento do produto. Outro grave problema no sistema de produção de leite no Brasil é a incidência de carrapato. No entanto, de acordo com os relatos dos entrevistados, não ocorrem perdas significativas de produção devido à sua incidência. Ainda segundo eles, a carrapato tem maior ocorrência em rebanhos mais ‘puros’ (holandeses), o que não é o caso.

No que se refere à assistência técnica e extensão rural (ATER) específica para a atividade leiteira, os produtores afirmaram que esta é fornecida pela EMATER ou por técnicos das prefeituras, e ocorre ocasionalmente. A EMATER possui escritório local em todos os municípios que compõem o território e, também em todos, atua em parceria com as prefeituras municipais. De acordo com Dias (2007), a EMATER é reconhecidamente, a instituição mais bem estruturada e que possui os profissionais mais bem qualificados a atuar a partir de enfoques mais convencionais de assistência técnica e extensão rural, notadamente os referidos à difusão de inovações tecnológica, principalmente referidas a economias de escala.

Outro corpo de profissionais extensionistas é aquele organizado pelo Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado pelo INCRA em 2004. Esse Serviço, baseado na terceirização das atribuições estatais juntos aos Projetos de Assentamento, busca dar conta da histórica carência de serviços de assistência técnica específicos para os agricultores assentados. Surgiu a partir da demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e funciona por meio de um intrincado mecanismo de gestão partilhada entre governo (principalmente o INCRA) e movimentos sociais (principalmente o MST). Na base da prestação de serviços de ATER estão cooperativas, organizações não governamentais (ONG), sindicatos de trabalhadores rurais e outras

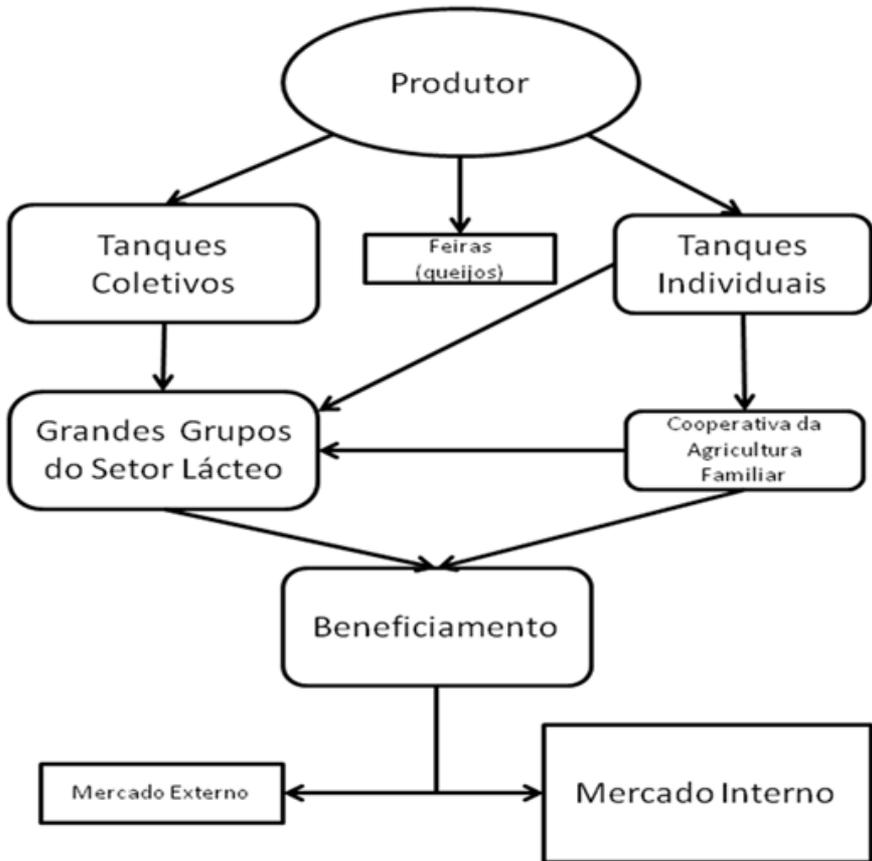
organizações que mobilizam profissionais geralmente pouco experientes para prestar serviços de assistência técnica aos assentados (DIAS, 2007).

As empresas privadas também oferecem alguma assistência técnica às propriedades. Quando é constatado algum problema de qualidade do leite (principalmente ocorrência de mamite) em determinado tanque de expansão, em muitos casos, o próprio laticínio envia um técnico para verificar a causa e em seguida orientar os produtores na correta superação do problema.

Estrutura de mercado e canais de comercialização

A estrutura de mercado para produtos da cadeia produtiva do leite e derivados no Brasil é bastante complexa, em virtude do elevado número de agentes econômicos que atuam no sistema, da multiplicidade de canais de comercialização existentes e do rígido marco legal que regula a circulação dos produtos de origem animal no Brasil.

De uma maneira geral, a dinâmica da comercialização do leite na região Noroeste de Minas é caracterizada pela estocagem e acumulação do leite cru resfriado em tanques de expansão individuais ou coletivos, respeitando as normas estabelecidas pela IN51. Esse acúmulo de produção pode ser guardado (se procedido de forma adequada) por até 48 horas após a primeira ordenha, possibilitando então aos compradores a coleta de um volume maior de produção, o que lhes proporciona ganhos de escala, já que é possível coletar a produção de vários produtores de uma única vez. Os produtores de tanques individuais possuem como característica típica um relativo volume de produção diária suficiente para o abastecimento do leite nos tanques de expansão. Por outro lado, a idéia de utilização de tanques de resfriamento de leite coletivo visa justamente dar maior volume de produção para os produtores de leite de pequena produção. A figura abaixo ilustra de uma maneira geral a estrutura de comercialização de leite no território.

Figura 4: Fluxo de comercialização do leite no TCNM

Fonte: Pesquisa de campo

Obs.: O tamanho da caixa relativiza o volume comercializado.

No território em estudo, observou-se como característica primordial que se trata de um mercado oligopsônico, ou seja, caracterizado por reduzido número de compradores e elevado número de produtores. Essa estrutura setorial concentrada dificulta a negociação de preços junto aos laticínios. Assim, o preço é fortemente determinado pelos compradores que absorvem quase a totalidade da produção de leite cru resfriado da região. Isso ocorre porque o TCNM está localizado em uma região com presença de grandes empresas do setor lácteo (Tabela 2), o que proporciona, por um lado, uma relativa facilidade no escoamento da produção, e por outro, uma forte

dependência dos produtores em relação a essas empresas. A título de exemplo, a Cooperativa Central Mineira de Laticínios (CEMIL), que reúne mais de três mil produtores das regiões Alto Paranaíba e Noroeste de Minas, está investindo mais de R\$ 25 milhões no intuito de dobrar sua produção (PORTAL DO AGRONEGOCIO, 2010). Esse processo demonstra a dinâmica das indústrias desse setor, que estão se fundindo com a intenção de ganhar poder de mercado.

Tabela 2: Maiores empresas de laticínios no Brasil - 2007

Class	Empresas / Marcas	Recepção Anual de Leite (em mil litros)	Número de Produtores	Produção Média Diária (litros/dia/produtor)
1	DPA*	1.800.000	5.800	567
2	Elegê	1.324.007	18.801	130
3	Itambé*	1.090.000	9.067	284
4	Parmalat	725.021	4.457	286
5	Laticínios Morrinhos	387.140	4.500	225
6	Embaré	336.573	2.208	395
7	Confepar	333.490	7.393	90
8	Centroleite*	300.095	5.265	156
9	Líder Alimentos	248.725	5.390	114
10	CCL	247.950	2.439	134
11	Batávia	246.459	4.215	160
12	Danone	222.091	418	865
TOTAL		6.793.001	65.320	2.381

Fonte: LEITE BRASIL, CNA-Decon/CBCL/ Embrapa Gado de Leite. Atualizado em Maio de 2009.

* - Empresas com atuação no território.

As empresas do setor lácteo na região fazem a captação do produto na propriedade rural. Em alguns casos, a captação é feita por uma empresa terceirizada (como por exemplo, a Cooperativa dos Produtores de Unaí, que coleta o leite na região para a Itambé). Dessa forma, o preço do leite recebido pelo produtor já deduz os custos do transporte dos tanques de resfriamento até a unidade processadora.

Outro fator, levantado pelos produtores familiares, que influencia diretamente a remuneração dos produtores de leite é a sazonalidade da produção. Segundo eles, na época 'das águas' (período

de chuvas), o alto volume de produção faz com que se obtenha uma baixa remuneração no litro do leite (houve relatos de que as empresas chegaram a pagar apenas R\$ 0,10 pelo volume “excedente” de leite). Por outro lado, na época de escassez de chuvas e conseqüente redução na oferta de leite, o preço do litro chega aos maiores patamares do ano. Porém, o alto custo de produção nessa época, seja pela necessidade de oferecer ao gado alimentação suplementar (cana e uréia, silagem de milho, silagem de sorgo), seja pelo maior uso de concentrados e o maior dispêndio com mão de obra, faz com que o produtor obtenha maiores receitas concomitantemente a maiores custos de produção.

O preço do leite cru resfriado gira em média de R\$ 0,60, o que está coerente com os preços pesquisados pela CEPEA/ESALQ-USP (2010). Após acesso à nota fiscal de pagamento de alguns agricultores, verificou-se que o preço básico do leite é de apenas R\$ 0,30, enquanto os outros 50% no valor do produto é decorrente de bonificações. Ou seja, as empresas de laticínio decompõem o preço do leite em: a) preço base (piso pago ao produto); b) bonificação por qualidade do produto (teor de gordura e qualidade higiênica)⁴; e c) bonificação por volume de produção. Em alguns casos, essa remuneração pela qualidade do leite pode representar a elevação de até 56% no preço do produto, o que ocorreria quando o produtor alcançasse a melhor qualidade segundo os padrões da empresa.

Segundo dados da Leite Brasil (2010), 34% da produção de leite nacional é destinado para a produção de queijos. Entretanto, esses dados não consideram o queijo produzido nas unidades familiares de produção, muitas vezes de forma artesanal e sem inspeção sanitária. Os “queijeiros” ainda existentes na região comercializam toda sua produção em feiras livres ou com a venda em domicílios. Devido à clandestinidade do queijo, os produtores estão impedidos de ofertar o produto em supermercados da cidade.

Mas, segundo relatos coletados na pesquisa de campo, esses queijeiros caseiros têm desaparecidos nos últimos anos. Os antigos produtores de queijo alegaram que, com a facilidade de acesso aos tanques de resfriamento, é preferível a entrega do leite cru para os laticínios à confecção de queijos, pois além de serem considerados clandestinos, não possuem uma padronização da produção, resultando muitas vezes na perda da produção. Segundo relato de um produtor,

⁴ Análises feitas pela Rede Brasileira de Laboratórios de Controle da Qualidade do Leite (RBQL): - Contagem total de Bactérias (CTB); - Contagem de Células Somáticas (CCS); - Teor de componentes do leite.

“quem ainda produz queijo é devido à falta de opção”, referindo-se ao fato de não possuírem acesso a tanques de expansão, salvo alguns casos em que o produtor se considera queijeiro tradicional e procura manter esta atividade funcionando como expressão de sua identidade profissional.

Mercado institucional

Tendo em vista novos conceitos de segurança alimentar, concomitantemente à necessidade de propiciar condições favoráveis à atividade agrícola familiar e a permanência destas pessoas no campo, foi lançado pelo governo federal em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no âmbito do Programa Fome Zero. Dependendo da modalidade, esse programa pode ser executado em Minas Gerais pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Instituto de Desenvolvimento do Nordeste de Minas (IDENE), ou até mesmo diretamente pelas prefeituras municipais. Dentro do próprio PAA existe a modalidade específica para a aquisição de leite: o PAA Leite/Leite Fome Zero. Essa modalidade envolve justamente os segmentos populacionais vulneráveis que recebem o leite gratuitamente e os pequenos produtores familiares que vendem o produto (SILVA, 2008).

Até a realização desta pesquisa, sete municípios do TCNM haviam sido contemplados pelo PAA Leite: Chapada Gaúcha, João Pinheiro, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão e Uruçuia. O preço pago ao produtor de leite beneficiário desse programa, desde 2008, é de R\$0,70 o litro. No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas, a maioria dos produtores de leite do território não tem conhecimento desse tipo de mercado alternativo para o escoamento do seu produto, e os poucos que já tiveram conhecimento não sabem como proceder para acessá-los.

Sobre os poucos agricultores que acessaram o PAA Leite, eles alegaram que a grande dificuldade enfrentada foi quanto à demora no recebimento do valor contratado, devido a burocracias no repasse dos recursos. Alguns agricultores disseram ter esperado mais de três meses para o recebimento.

Outro programa recente que pode se configurar como um importante canal de comercialização dos produtos dos agricultores familiares é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947/09. Esse programa estabelece a obrigatoriedade de cada Secretaria Municipal de Educação destinar

um mínimo de 30% da verba para alimentação escolar para aquisição de produtos da agricultura familiar local⁵.

Também é importante ressaltar que a “incidência territorial dessas políticas públicas”, termo utilizado por Silva (2008). Nesse caso, os programas governamentais de comercialização propiciam além da comercialização direta dos produtos, a regulação local dos preços por meio do tabelamento de um preço mínimo garantido pelo governo. Essa ação é favorável aos agricultores familiares, pois os permite auferir um percentual maior na cadeia de valor, obrigando os intermediários comerciais (localmente chamados de “atravessadores”) a aumentarem os valores de sua oferta pelos produtos. Cabe aqui expor que, segundo o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) na Câmara do Leite, os projetos elaborados para acessar essa política que tenham como produto oferecido apenas o leite, não serão aprovados, já que o PNAE busca justamente o desenvolvimento de um dos alicerces da agricultura familiar, que é a diversidade produtiva.

Pode-se dizer então que, a exemplo do que ocorreu com a instituição da IN51, os programas lançados para o apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar também alteraram o ambiente institucional que envolve a cadeia produtiva do leite no território, ao lançar novos elementos normativos que balizarão as estratégias de comercialização por parte dos agentes envolvidos.

Conclusões

O presente estudo permitiu concluir que os produtores do Território da Cidadania Noroeste de Minas têm na pecuária leiteira um importante meio tanto para a geração de renda e reprodução social de suas famílias, já que a atividade leiteira se mostra rentável inclusive na época de estiagem, quanto para a circulação monetária na economia do território. Porém, os agricultores familiares ressentem de uma série de deficiências que limitam os resultados econômicos que essa cadeia produtiva pode lhes trazer. Entre elas, destacam-se: infraestrutura precária e dificuldade de obtenção de capital de giro para o

⁵ O Art. 14, caput da Lei nº 11.947/09, afirma que “Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, excetuando-se o disposto no parágrafo 2 deste artigo”.

beneficiamento do produto primário; necessidade de assistência técnica mais direcionada e preparada para atuar de acordo com as necessidades desses agricultores, que lhes possa auxiliar na incorporação de novas tecnologias produtivas, capacitação em boas práticas de fabricação e no melhor gerenciamento de suas propriedades; baixa densidade organizacional dos agricultores familiares e dificuldade de mediação junto ao poder público e outros atores privados; e altos custos de produção, devidos à baixa produtividade.

Em geral, o relato dos agentes locais aponta para uma melhoria na qualidade do leite a partir da aplicação de normas mais rígidas tanto do Ministério da Agricultura quanto da própria população consumidora que está mais exigente. O pagamento diferenciado através de bonificação pela qualidade do produto é um instrumento que as empresas do setor lácteo, agentes mais capitalizados e com maior poder de governança da cadeia, utilizam como mecanismos de coordenação e incentivo para estimular os produtores a se adequarem às exigências legais, como no caso citado da IN51, em que os produtores tiveram que se adequar às novas normas de comercialização do leite cru. Esses instrumentos são possíveis dado o caráter monopsônico do mercado de produtos laticínios no território e a alta dependência dos agricultores familiares com relação às firmas agroindustriais.

Portanto, pode-se dizer que as estruturas de mercado dos derivados da atividade leiteira no TCNM são fortemente enraizadas nas configurações de interesses econômicos e relações sociais que se estabelecem de diversas formas no interior do território. Os agricultores familiares, com sua produção tradicional e atomizada, ainda ressentem de muitas dificuldades para atenderem aos requisitos de acesso aos vários mercados que existem para seus produtos, como no caso observado dos queijeiros tradicionais.

Por outro lado, o surgimento de programas que abrem os mercados governamentais para a inserção de produtos da agricultura familiar (como o PAA Leite e o PNAE), despontam como uma importante estratégia de comercialização de seus produtos, pois além da garantia de renda monetária mediante a comercialização propriamente dita, esses programas atuam também como reguladores de preços nos territórios em que incidem.

Por último, a inclusão do território Noroeste de Minas no Programa Territórios da Cidadania, do governo federal, é outra oportunidade estratégica para que organizações da sociedade civil,

envolvidas na cadeia leiteira, e representantes do poder público local, que sabem muito bem a importância da atividade leiteira para a economia de seus municípios, possam atuar em conjunto na construção de projetos comuns para a superação de problemas estruturais com vistas ao desenvolvimento sustentável dessa região. Nesse contexto, o CODETER do Noroeste de Minas desponta o espaço político e institucional apropriado para fomentar essa interação e criar os acordos necessários para uma articulação bem estruturada, já que todas as ações do Programa Territórios da Cidadania passam pela pactuação e deliberação dessa instância colegiada.

Referências

- ABRAMOVAI, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: 2003.
- BARCELOS, R. M. **A Nova Economia Institucional**. Brasília: UnB, 2003.
- BRANDT, S.A. **Comercialização agrícola**. Piracicaba: Livroceres, 1980.
- BRASIL. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável para o Brasil**. Brasília: MDA/SDT, 2005.
- _____. **Estudo propositivo para a dinamização econômica do Território Noroeste de Minas**. MDA/SDT, 2007.
- _____. **Sistema de Informações Territoriais** – Secretária de Desenvolvimento Territorial/Ministério de Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=cidadania&base=2>. Acesso em: dez. 2009.
- CEPEA/ESALQ-USP - **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**. Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br/leite/. Acesso em: fev. 2010.
- CONTERATO, M. A.; GAZZOLA, M.; SCNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, RS: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar, interação entre políticas públicas e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- DIAS, M. **Plano Safra Territorial: Território Noroeste de Minas**. Brasília: MDA, 2007.

EMBRAPA. **Principais Indicadores Leite e Derivados**: boletim eletrônico mensal. Coordenadores, Glaucio Rodrigues Carvalho e Alziro Vasconcelos Carneiro. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, v. 3, nº 19, 2010.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, nº 90, 1985.

GUILHOTO, Joaquim; ICHIARA, Sílvio; SILVEIRA, Fernando Gaiger; DINIZ, Bernardo Campolina; AZZONI, Carlos. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD, 2007.

IBGE - **Censo Agropecuário - 2006**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>. Acesso em dez 2009.

LEITE BRASIL. Disponível em: www.leitebrasil.org.br. Acesso em: jan. 2010.

MALUF, Renato. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sérgio (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

MEJIA, Margarida. O “território” na análise da ruralidade: reflexões elaboradas a partir da situação de um assentamento do Incra. **Revista Redes**, v. 11, nº 1, 2006.

NORDER, L. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHINEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

OLIVEIRA, L. F. T. **Ambiente institucional e produção leiteira**: um estudo de caso na região oeste catarinense a partir da introdução da IN51. Viçosa: UFSM, 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

POLANY, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTAL DO AGRONEGOCIO. Disponível em: <http://www.portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=36029>. Acesso em: mar. 2010.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha**. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SIMONINI F. J. Análise diagnóstica e prospectiva de cadeias produtivas. In: **Anais do 45º Congresso da Sober**, Londrina, 2007.

SEAPA – **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Disponível em: www.agricultura.mg.gov.br/. Acesso em: jan. 2010.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Markets as Social Structures. In: SWEDBERG, R. e SMELSER, N. J. **The Handbook of Economic Sociology**. Princeton University Press, Russel Sage Foundation – Princeton, New York, 1994.

WANDERLEY, F. Avanços e desafios da nova sociologia econômica. **Revista Sociedade e Estado**, v. XVII, nº 1. Brasília: UNB, 2002.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

ZILBERSZTAJN, D. Conceito geral, evolução e apresentação dos sistemas agroindustrial. In: ZILBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira. 2000.

ZOCCAL, R. **A inserção do Brasil no mercado internacional de lácteos**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2005.